

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**AGRESSORES DE CYBERBULLYING:
O EFEITO DAS CRENÇAS DE AUTOEFICÁCIA E
EXPERIÊNCIAS DE VITIMIZAÇÃO NAS INTENÇÕES
COMPORTAMENTAIS**

Adriana Rodrigues Leocádio

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Psicologia da Educação e da Orientação)

2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**AGRESSORES DE CYBERBULLYING:
O EFEITO DAS CRENÇAS DE AUTOEFICÁCIA E
EXPERIÊNCIAS DE VITIMIZAÇÃO NAS INTENÇÕES
COMPORTAMENTAIS**

Adriana Rodrigues Leocádio

**Dissertação orientada pela Professora Doutora Ana Margarida Veiga Simão
e co-orientada pela Doutora Paula Costa Ferreira**

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Psicologia da Educação e da Orientação)

2018

**Para as duas pessoas que partiram durante esta etapa
da minha vida e que se tornaram a minha força e inspiração.**

Prima Eva e Avó Isabel

Agradecimentos

À **Professora Doutora Ana Margarida Veiga Simão**, orientadora deste projeto, por todas as reuniões que tivémos em que sempre se mostrou tão disponível e confiante no meu trabalho. Muito obrigada por ter sido minha professora, por ter transmitido as suas ideias inspiradoras do que deve ser a educação, por ter sido sempre dedicada aos seus alunos, projetos e àquilo em que acredita.

À **Professora Doutora Paula Alexandra Nunes da Costa Ferreira**, coorientadora desta investigação, pela sua ajuda indispensável em todas as etapas deste meu trabalho, pelos desafios, críticas e sugestões que sempre me deu e pela dedicação que transmite pela investigação.

Ao meu noivo **Adriano**, por estar sempre ao meu lado desde início, por acreditar no meu trabalho, por nunca me deixar só nos momentos em que mais precisei, por ter sempre uma palavra de conforto e força nos dias em que só pensava em desistir e por todo o amor que demonstra.

Aos meus pais **Carla e Luís**, pelo incentivo a continuar, por terem assistido às crises de ansiedade e aos momentos em que duvidei que seria capaz, pelo orgulho que têm de mim e por ambicionarem mais para a minha vida.

Ao meu irmão **Henrique**, pela paciência que teve, pelas horas de música que foram essenciais para descontrair e voltar a focar-me, pelas palavras de consolo e por ser uma inspiração e um orgulho.

À minha avó **Soledade**, por ser a minha segunda mãe, por estar sempre presente na minha vida, por me dar tanto amor, pela compreensão e empatia que sempre teve e pelo olhar que transmite e que me faz querer sempre mais.

Ao meu afilhado **Matias**, por ter aparecido na minha vida no momento em que mais precisei, por ser uma das minhas forças e motivos para sorrir.

À minha cunhada **Vanessa**, por ser a minha companheira de aventuras, por me ter dado os jantares e saídas que tanto precisava, por ter sempre um sorriso carinhoso e por ser uma vencedora que me faz querer ir mais além.

Aos meus **sogros Marisa e Nuno**, por me dizerem sempre que já está quase a acabar e que vou conseguir e por gostarem tanto de mim.

À minha **restante família** que eu adoro e não poderia ter melhor, pela união que temos, pelos momentos bons que passámos durante estes meses e que foram essenciais para mim e por sermos tão bons a ajudar-nos uns aos outros.

À minha amiga **Catarina**, por ser tão especial, pelos momentos tão divertidos que me tem dado, pelas palavras de conforto, por sempre acreditar que eu iria conseguir e pela felicidade que demonstra sempre que consigo atingir um objetivo.

Aos meus amigos **David e Joana**, por acompanharem este processo e ouvirem as minhas lamentações, pelos cafezinhos e jantares que me deram energia e vontade de continuar, por serem sempre tão carinhosos.

À minha amiga e companheira de trabalho **Miriam**, por estar desde o início desta aventura comigo, pelas sugestões e críticas que me permitiram aperfeiçoar o trabalho, por assistir às crises existenciais e ouvir vezes sem conta a expressão que sempre me acompanhou na faculdade: “Isto só pode ser um milagre”.

À Doutora **Carla**, por me ter dado tantas estratégias para regular a ansiedade, por ter ouvido as minhas queixas e desabafos e por se ter sempre disponibilizado a ajudar neste meu trabalho.

À minha amiga **Carina**, por ser tão honesta, genuína e inspiradora. Por mostrares esse teu sorriso maravilhoso e pelas conversas no “WhatsApp” que me animaram e motivaram a continuar.

À **Ana João**, amiga universitária, a surpresa do Mestrado, pessoa fantástica que me acompanhou nestes últimos dois anos e vivenciou comigo as ansiedades e inseguranças.

À querida **Joana**, a perfeccionista que tanto me ajudou nos lapsos deste trabalho e que me deu palavras de conforto e motivação.

Às minhas pessoas queridas que já partiram e que olham por mim, em especial aos meus avós, **Duarte, Sales e Isabel** e à minha prima fantástica **Eva**. São a minha força!

Resumo

A sociedade atual tem sido marcada pelo constante contacto com novos avanços tecnológicos que tornam a comunicação cada vez mais fácil e à escala mundial. Através de dispositivos tecnológicos como um simples telemóvel, computador ou tablet é possível partilhar imagens, vídeos ou acontecimentos em direto para qualquer parte do mundo. Estamos perante um mundo virtual que oferece muitas vantagens, mas também riscos provenientes da frequente exposição pessoal. O fenómeno “cyberbullying” surgiu neste contexto e tem aumentado exponencialmente levando muitos jovens a agredirem-se e a assistirem a agressões. O presente estudo pretende identificar as intenções comportamentais dos agressores de cyberbullying que já tiveram experiências de vitimização anteriores, assim como compreender se a frequência de vitimização dos agressores e as crenças de autoeficácia vão levar à intenção de repetir o comportamento agressivo ou à intenção de ajudar futuras vítimas. Foram aplicados vários questionários do inventário de incidentes observados de cyberbullying (IIOC) a estudantes do 2º e 3º ciclo de escolaridade e do ensino secundário que frequentam seis escolas do centro e sul de Portugal (N=676). Os resultados apontaram para uma maior probabilidade dos agressores virem a ter a intenção de ajudar futuras vítimas quando já sofreram algum tipo de vitimização, assim como se tiverem uma maior crença de autoeficácia. Relativamente aos tipos e intenções, a “intenção de repetir o comportamento agressivo se virem alguém a insultar alguém” e a “intenção de ajudar futuras vítimas se virem alguém a insultar alguém” surge como as mais prováveis de os agressores virem a ter.

Palavras-chave: Cyberbullying, Crenças de Autoeficácia, Frequência de Vitimização, Intenções Comportamentais, Agressores.

Abstract

Today's society has been marked by constant contact with new technological advances that make communication increasingly easier and worldwide. Through technological devices, such as mobile phones, computers or tablets, it is possible to share images, videos or events in any part of the world. This is a virtual world that offers many advantages, but also risks from frequent personal exposure. The phenomenon of cyberbullying has emerged in this context and has increased exponentially, causing many young people to attack and to witness aggression. The present study focuses on this theme and aims to identify the behavioral intentions of cyberbullying aggressors who have had previous victimization experiences, as well as to understand if the frequency of victimization of aggressors and beliefs of self-efficacy to solve cyberbullying incidents will lead to the intention of repeating aggressive behavior or the intention to help future victims. Several questionnaires of the inventory of observed incidents of cyberbullying (IIOC) were applied to middle and high school students attending six schools in central and southern Portugal (N = 676). The results pointed towards a greater likelihood of having the intention to help future victims when the aggressors had already suffered some type of victimization, as well as if they had greater self-efficacy beliefs to solve cyberbullying situations. Regarding the types of intentions, the "intent to repeat aggressive behavior if they see someone insulting someone" and the "intention to help future victims if they see someone insulting someone" appears to be the most likely to be experienced by the aggressors.

Keywords: Cyberbullying, Self-Efficacy Beliefs, Frequency of Victimization, Intentional Behaviors, Aggressors.

Índice Geral

| | |
|--|----|
| Agradecimentos..... | ii |
| Resumo..... | iv |
| Abstract..... | v |
| Introdução..... | 1 |
| I. Enquadramento Teórico..... | 4 |
| 1. O Fenómeno de Cyberbullying..... | 4 |
| 1.1. Cyberbullying versus Bullying Tradicional..... | 4 |
| 1.2. Intervenientes no Cyberbullying..... | 6 |
| 1.3. Crenças de Autoeficácia no Âmbito do Cyberbullying..... | 7 |
| 1.4. Intenções Comportamentais..... | 8 |
| Objetivos, Questões de Invetigação e Hipóteses..... | 9 |
| II. Metodologia de Investigação..... | 10 |
| 1. Caracterização da Amostra..... | 10 |
| 2. Instrumentos Utilizados para Recolha de Dados..... | 11 |
| 2.1. Questionário de Dados Demográficos..... | 12 |
| 2.2. Questionário de Vitimização de Cyberbullying e Questionário de Comportamentos de Cyberbullying..... | 12 |
| 2.3. Questionário de Autoeficácia para Resolver Situações de Cyberbullying para Adolescentes (QAR-Cyber)..... | 13 |
| 2.4. Questionário de Intenções Comportamentais no Âmbito do Cyberbullying.... | 13 |
| 3. Procedimentos de Recolha de Dados..... | 13 |
| 4. Procedimentos de Análise de Dados..... | 14 |
| III. Resultados..... | 14 |
| IV. Discussão de Resultados..... | 19 |
| V. Limitações do Estudo e Sugestões para Estudos Futuros..... | 20 |
| VI. Implicações para a Teoria e Prática..... | 21 |
| Considerações Finais..... | 22 |
| Referências Bibliográficas..... | 24 |

Índice de Figuras

| | |
|--|----|
| Figura 1 As crenças de autoeficácia e a frequência de vitimização como preditoras das intenções comportamentais dos agressores..... | 10 |
| Figura 2 Valores resultantes da análise de regressão múltipla entre as variáveis dependentes e independentes..... | 18 |

Índice de Quadros

| | |
|---|----|
| Quadro 1 Distribuição dos alunos que se reportaram ser agressores por gênero e faixa etária ($n=207$)..... | 11 |
| Quadro 2.1 Frequência de intenções de repetir o comportamento reportadas pelos Agressores ($n=207$)..... | 15 |
| Quadro 2.2 Frequência de intenções de ajuda para com a vítima reportadas pelos Agressores ($n=207$)..... | 16 |
| Quadro 2.3 Correlações entre as 4 variáveis (Coeficiente de <i>Pearson</i>)..... | 17 |

INTRODUÇÃO

As redes sociais têm sido utilizadas preferencialmente pelos adolescentes da sociedade contemporânea para comunicar com os amigos que conhecem fisicamente e também com os amigos que só conhecem *online* (Katzner, Fetchenhauer & Belschak, 2009). É dada cada vez mais importância à forma como os adolescentes lidam com a tecnologia e como esta pode afetar as relações sociais, dado que é um meio muito utilizado para comunicar e encontrar oportunidades de desenvolvimento acadêmico, social e individual.

Esta nova forma de comunicar com outros indivíduos através das novas tecnologias pode levar à ocorrência de fatores de risco, nomeadamente quando os jovens não comunicam de forma responsável (Talwar, Gomez-Garibello & Shariff, 2014). Pode-se então enumerar uma série de vantagens e riscos para os adolescentes no que diz respeito às interações sociais praticadas *online* (Ang, Li & Seah, 2017). A esses perigos estão normalmente associadas intimidações, insinuações e insultos divulgados nas redes sociais através de publicações de mensagens ou de vídeos que os jovens partilham entre si (Amado, Matos, Pessoa, & Jäger, 2009).

Estas práticas agressivas através da tecnologia vieram impulsionar um novo fenómeno, designado por cyberbullying. Este é definido, segundo vários autores, como uma forma de agressão entre pares repetida ao longo do tempo de modo intencional e com a utilização de dispositivos tecnológicos (Menesini & Nocentini, 2009; Smith, Smith, Osborn, & Samara, 2008). Contrariamente ao bullying tradicional, este novo tipo de bullying possui a característica do anonimato total para o agressor e pode consequentemente denegrir a imagem da vítima, pois pode adquirir um público vasto que se torne incontável (Beran & Li, 2007; Patchin & Hinduja, 2006). Para além disto, esta problemática pode também provocar nas vítimas impactos psicológicos negativos, exclusão social, baixa autoestima, menor rendimento académico, depressão e, em casos mais graves, ideação suicida (Hinduja & Patchin, 2010; Juvonen & Gross, 2008; Klomek, Sourander & Gould, 2010; Li, 2007).

Além das consequências que as vítimas poderão sofrer, importa salientar características que os agressores tendem a possuir. Estes defendem frequentemente a legitimidade da agressão pois acreditam que esta evita a existência de uma imagem negativa para com os seus colegas (Slaby & Guerra 1988). Os jovens agressores frequentemente acreditam que a agressividade os conduz a recompensas (Perry, Perry & Rasmussen, 1986).

Os comportamentos agressivos são bastante complexos no que diz respeito à sua influência nos jovens (Cillessen & Borch 2006; Juvonen et al. 2013; Mayeux & Cillessen, 2008). Na maioria dos casos, os adolescentes que são agressivos, são reconhecidos pelos pares como

populares e poderosos, no entanto, podem apresentar mais dificuldade na relação com os outros. Os jovens agressores, normalmente apresentam uma baixa empatia para com os outros. A empatia está mais fortemente relacionada com comportamentos pró-sociais do que propriamente a comportamentos agressivos (Eisenberg et al., 2010), no entanto a empatia é um conceito que apresenta duas dimensões: a cognitiva e a afetiva (Cohen & Strayer 1996; Davis, 1994). A empatia afetiva está relacionada com sentimentos de preocupação pelo outro, enquanto a empatia cognitiva está mais associada à compreensão da perspectiva do outro. Posto isto, alguns estudos afirmam que os comportamentos agressivos têm uma relação negativa com a empatia afetiva o que não é tão claro na empatia cognitiva (Batanova & Loukas 2011; Kemp et al., 2007; Jolliffe & Farrington, 2011). Segundo Lazuras, Barkoukis, Ourda e Tsorbatzoudis (2013), os indivíduos que apresentam menores níveis de empatia afetiva estão mais sujeitos a terem crenças de autoeficácia inadaptadas e isto poderá levar a uma maior propensão para comportamentos de cyberbullying.

Apesar do impacto que o cyberbullying apresenta na atualidade, ainda são poucos os estudos que se preocupam com os sujeitos que se reportam como agressores, mas que já tiveram experiências de vitimização anteriores (Cuadrado-Gordillo & Fernández-Antelo, 2014). Neste sentido, para tentar dar resposta a esta limitação, a presente investigação tem como objetivos principais identificar as intenções comportamentais de agressores de cyberbullying que tiveram uma ou mais experiências de vitimização neste fenómeno, tal como, compreender se a frequência de vitimização dos agressores prediz as suas intenções comportamentais. Desta forma, este estudo contribui para a literatura, na medida que explora se o facto do indivíduo já ter sido vítima no passado vai contribuir para a intenção de ajudar a vítima ou pelo contrário de repetir o comportamento agressivo, como também possibilitará o conhecimento dos tipos de intenções que estes agressores poderão ter.

Para além desta pertinência, existe uma grande lacuna na investigação sobre o papel das crenças de autoeficácia no âmbito do cyberbullying (Allison & Bussey 2017). Segundo Allison e Bussey (2017), é necessário concretizar estudos que foquem variáveis como as crenças de autoeficácia para proporcionar uma melhor conceção de programas que tenham como objetivo a redução da prevalência e impacto do cyberbullying. Posto isto, este trabalho foca-se também no papel das crenças e como estas podem levar à ocorrência de atos agressivos ou, pelo contrário, à diminuição do número de casos, procurando ajudar futuras vítimas.

Este estudo pretende identificar quais as intenções comportamentais de agressores de cyberbullying que tiveram uma ou mais experiência(s) de vitimização neste fenómeno. Para

isso elaborou-se a seguinte questão: Quais as intenções comportamentais de agressores de cyberbullying que tiveram uma ou mais experiência(s) de vitimização neste fenómeno?

Para além deste objetivo, pretende-se igualmente compreender se a frequência de vitimização dos agressores prediz as suas intenções comportamentais e se as crenças de autoeficácia de agressores de cyberbullying predizem as suas intenções comportamentais.

A presente investigação centrou-se na fase da adolescência, pois é neste período que ainda existe uma menor capacidade de autocontrolo e os indivíduos tendem a estar menos regulados e com mais probabilidade de terem impulsos agressivos que, por vezes, podem levar a comportamentos de risco (e.g. violência) (Kaplan, Sadock & Grebb, 1997). Alguns desses comportamentos podem estar associados a plataformas online, onde cada vez mais os adolescentes tendem a praticar cyberbullying. Assim, este estudo pretende dar resposta a esta problemática tendo em conta a falta de regulação que os adolescentes, na sua maioria, apresentam.

Torna-se pertinente investigar as variáveis anteriormente referidas (crenças de autoeficácia, intenções comportamentais e frequência de vitimização de agressores de cyberbullying) de modo a ser possível intervir neste tipo de fenómeno, que, atualmente, tem vindo a aumentar de forma significativa (Rodrigues, 2015).

Relativamente à estrutura, a presente monografia está dividida em sete capítulos. O primeiro diz respeito ao Enquadramento Teórico, onde vão ser abordados temas como: o cyberbullying comparado com o bullying direto (tradicional), crenças de autoeficácia, o perfil dos intervenientes no cyberbullying e as intenções comportamentais, para além disto vão ser apresentados os objetivos, as questões de estudo e as hipóteses de investigação. O segundo capítulo inclui a Metodologia do Estudo, onde será apresentada a caracterização da amostra, os instrumentos de medida e procedimentos utilizados. O terceiro capítulo diz respeito à apresentação dos principais resultados, o quarto à discussão de resultados, o quinto apresenta as limitações do estudo bem como sugestões para estudos futuros, o sexto capítulo refere-se às implicações para a prática e, por último, o sétimo capítulo diz respeito à conclusão desta investigação.

I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1- O FENÓMENO DE CYBERBULLYING

1.1- Cyberbullying versus Bullying tradicional

O bullying, segundo Olweus (1993), é um fenómeno entre pares que se traduz em comportamentos agressivos intencionais de forma sistemática e repetida (não esporádica) e que se manifesta entre sujeitos com o mesmo estatuto social, mas com grandes desequilíbrios de poder.

O bullying tradicional, mais conhecido por bullying direto, ocorre presencialmente e pode ser praticado fisicamente e/ ou verbalmente, através de ameaças ou intimidações (Borg, 1999; Genta et. al., 1996; Whitney & Smith, 1993). Segundo alguns estudos, o bullying é maioritariamente praticado nos recreios das escolas (Craig, Pepler & Atlas, 2000; Pereira, 2002; Rivers & Smith, 1994; Seals & Young, 2003; Whitney & Smith, 1993), no entanto, é também bastante visível em refeitórios, corredores e balneários, espaços que normalmente não são tão supervisionados por adultos e por isso tornam-se mais atraentes (Astor, Meyer & Behre, 1999).

Relativamente ao fenómeno que surgiu mais recentemente, o cyberbullying, este surge como uma nova expressão do bullying. Apresenta-se como atos praticados de forma online ou através de quaisquer dispositivos tecnológicos como o *e-mail*, o chat, o blogue, o telemóvel, entre outros, de modo intencional e com o objetivo de assediar, provocar, intimidar, ameaçar, embaraçar, humilhar ou excluir socialmente um determinado sujeito ou grupos de sujeitos (Patchin & Hinduja, 2006; Williams & Guerra, 2007; Wolak et. al., 2007). O cyberbullying difere-se do bullying tradicional pelo facto de existir uma grande dificuldade em identificar o agressor e por ser possível a inversão de papéis, ou seja, a vítima pode aqui assumir um papel de agressor tal como o contrário. Existe também falta de feedback verbal, o que não acontece no bullying presencial (Cruz, 2011). Além disso, esta nova prática de agressão pode ser feita em qualquer hora e em qualquer lugar, ou seja, ultrapassa as fronteiras do espaço pessoal e físico e pode manter-se infinitamente presente (Beran & Li, 2007), o que não acontece no bullying escolar em que a vítima normalmente tem um sítio seguro fora da escola onde se pode resguardar. O número de jovens que assistem às agressões também tem uma dimensão muito superior e indeterminada e a qualquer momento pode aumentar, causando sentimentos de desespero na vítima (Caetano et al., 2017).

Os comportamentos de cyberbullying podem incluir comportamentos de bullying escolar tal como comportamentos de assédio e ameaças, no entanto, os agressores têm a possibilidade de poder criar perfis falsos e por isso as ameaças neste caso poderão vir a ser

ainda mais prejudiciais para a vítima (Grigg, 2010). Neste contexto é possível que os agressores não tenham consciência das consequências dos seus comportamentos, pois, na maioria das vezes, não visualizam a reação da vítima aos seus atos e também não “dão a cara” e por isto mesmo, esta problemática é tão conhecida como “fenómeno sem rosto” (Oliveira, 2008, cit. por Amado et al., 2009).

Uma das dificuldades também sentidas no cyberbullying e que se difere uma vez mais do bullying direto é a complexidade em localizar o agressor ou o espaço em que foram cometidas as agressões, pois estas podem ser realizadas em qualquer lugar desde que haja acesso à tecnologia (Willard, 2007; Williams & Guerra, 2007; Kraut et. al., 1998). Isto gera uma série de complicações acrescidas que dificulta a monitorização dos comportamentos das crianças e dos adolescentes e por isso torna-se ainda mais difícil intervir.

O cyberbullying pode ser entendido por muitos como uma prática que, aliada às novas tecnologias, surgiu como uma extensão do bullying escolar, no entanto, segundo Pinheiro (2009), este é muito mais complexo do que uma simples extensão do bullying. Este fenómeno tecnológico pode ser caracterizado em três diferentes níveis: o cyberbullying praticado através de imagens; o cyberbullying verbal, que se caracteriza pela agressão através da linguagem; e o cyberbullying psicológico, que diz respeito à utilização e transmissão de informação falsa a respeito da vítima. Pelo facto deste novo tipo de bullying ser considerado bastante complexo, existem, muitas vezes, discordâncias quanto à sua natureza, ou seja, indivíduos podem identificar determinadas situações como sendo cyberbullying, enquanto outros podem sugerir que sejam atos de difamação. Tudo está dependente das crenças de cada um (Pinheiro, 2009).

É pertinente não deixarmos de parte esta problemática, pois o cyberbullying pode causar danos severos às vítimas, tais como: a recusa em ir à escola, o que leva posteriormente à diminuição do empenho escolar, ansiedade, sintomas depressivos, abuso de substâncias e até mesmo, em casos mais extremos, pode ser um potenciador de suicídio (Raskauskas & Stoltz, 2007; Ybarra, Diener-West & Leaf, 2007; Souza, 2011; Zanona, 2017).

Estas consequências para as vítimas podem ser agravadas conforme a intensidade e seriedade das agressões. As agressões não são praticadas de igual forma, muito pelo contrário, existem diferentes modos de praticar cyberbullying e por isso, Pinheiro (2009), sugeriu que este fenómeno fosse classificado em três níveis. O primeiro nível surge quando as agressões são praticadas somente na internet com o único objetivo de humilhar a vítima, estas agressões podem ser, por exemplo, mensagens insultuosas e obscenas, comentários prejudiciais ou criação de perfis falsos. Relativamente ao segundo nível, este surge quando os agressores dão continuidade ao bullying escolar nas plataformas online e as vítimas começam a sofrer

intimidações, ameaças e ofensas não só presencial como virtualmente. O último nível é similar ao segundo, ou seja, existe a extensão do bullying escolar para o cyberbullying, no entanto, é considerado mais grave. Segundo Pinheiro (2009) este nível pode ser dividido em dois subníveis, de acordo com a severidade da agressão, isto é, pode ser assumido como *leve* se os agressores em vez de tirarem ou publicarem imagens normais para humilhar a vítima forem mais além e agredirem-na, com o objetivo de capturar a imagem da vítima com as marcas da agressão e posteriormente publicarem a mesma na internet; e pode ser ainda considerada *pesada*, que surge cada vez mais, caracterizada pelo facto de os agressores filmarem toda a agressão feita para futuramente publicarem em plataformas que permitam o carregamento de vídeos.

Por todas as particularidades, anteriormente referidas que o cyberbullying apresenta, pelas consequências negativas que provocam na vítima e pelo facto de vários autores assumirem que este fenómeno pode atingir consequências mais graves do que no bullying tradicional (Desmet et al., 2014), é evidente a importância de continuar a investigação neste domínio. Posto isto, este estudo atual pretende explorar mais esta problemática no sentido de compreender melhor este fenómeno para que possa ser mais um contributo para a criação de estratégias que previnam estes comportamentos agressivos.

1.2- Intervenientes no cyberbullying

A vítima de cyberbullying tende a revelar-se como sendo uma pessoa caracteristicamente sensível e com um forte sentido de justiça (Anderson & Sturm, 2007). Por ter estas características, torna-se um alvo mais fácil para o agressor que usa a vulnerabilidade como uma vantagem para agir (Anderson & Sturm, 2007). Caracteriza-se também por ser insegura, com dificuldades na sua própria defesa e em pedir ajuda (Pereira, 2002).

Os agressores caracterizam-se como sujeitos maioritariamente dominantes que utilizam essa mesma característica para inferiorizar e maltratar outros (Anderson & Sturm, 2007), sentem-se muitas vezes deprimidos (Salmon et. al., 1998) e têm dificuldade em fazer amigos (Boulton, 1999). Para além destas características, possuem, normalmente, uma elevada autoconfiança e autoestima, no entanto são, igualmente, rejeitados pelos outros (Fernandes & Seixas, 2012). Os agressores no cyberbullying, segundo Pinheiro (2009), podem ser caracterizados de duas formas diferentes de acordo com o tipo de agressão que normalmente praticam: existem os agressores que através das novas tecnologias gozam com a vítima ou vingam-se, no entanto, não tem noção das consequências que causam, a intenção, geralmente,

não passa de gozar com o indivíduo, e para além deste tipo de agressor existe ainda o que utiliza os meios tecnológicos para praticar um ato vingativo que lhe proporciona prazer. Estes últimos tornam o cyberbullying como um hábito e por vezes até ficam viciados, procurando constantemente a sensação de controlo do outro.

No contexto de cyberbullying, além de existirem as vítimas e os agressores anteriormente falados, existem ainda os observadores que também assumem um papel crucial neste fenómeno, no entanto, é de realçar um quarto interveniente que não é tão falado e comum, mas que vai ser tratado neste estudo, nomeadamente, de agressores que tiveram experiências de vitimização anteriormente. Estes distinguem-se das vítimas, que normalmente se caracterizam como inseguras, ansiosas e incapazes de se defenderem, pelo facto de terem um temperamento exaltado e de retaliarem o ataque. São indivíduos que agredem e também sofrem de vitimização (Olweus, 1978).

1.3- Crenças de autoeficácia no âmbito do cyberbullying

Segundo a teoria sociocognitiva de Bandura (1986), as crenças de autoeficácia guiam o nosso comportamento, ou seja, se o indivíduo acredita que consegue é mais provável que execute o comportamento. Estas crenças são influenciadas por uma série de fatores tais como: fatores cognitivos, motivacionais, emocionais e por processos de escolha (Bandura, 1997).

A forma como os indivíduos percecionam as circunstâncias da vida é também afetada pelas crenças de autoeficácia de cada um. Deste modo, quando existe uma crença de autoeficácia mais elevada, existe mais possibilidade dos indivíduos atribuírem uma maior importância a todas as oportunidades que vão tendo ao longo da vida (Bandura, 2004).

Em relação à agressividade, segundo um estudo de Bussey, Fitzpatrick e Raman (2015), a competência que os indivíduos acreditam ter para se envolverem em agressões nas plataformas online estão internamente ligadas às crenças de autoeficácia de cyberbullying. Ou seja, os indivíduos com menos autoeficácia para praticar agressões apresentam menor probabilidade de virem a ser agressores via online, ao contrário do que acontece aos indivíduos que têm maior autoeficácia, estes apresentam maior probabilidade de se tornarem cyberbullies. No seguimento desta afirmação, a presente investigação pretende esclarecer se as crenças de autoeficácia para resolver situações de cyberbullying predizem as intenções de jovens que já foram agressores de ajudar futuras vítimas, ou se, pelo contrário, vão levar à repetição do comportamento agressivo.

1.4- Intenções Comportamentais

Sendo o cyberbullying uma problemática que envolve uma variedade de comportamentos que prejudicam o outro (Juvonen & Gross, 2008; Li, 2007), a intencionalidade é um conceito bastante relevante. Uma das grandes teorias que explicam as intenções face a um comportamento é a Teoria do Comportamento Planeado de Ajzen (1991, 2002). De acordo com esta teoria, as atitudes face a determinado comportamento, as normas subjetivas e o controlo percebido sobre o comportamento, ou seja, as crenças de autoeficácia, vão levar à intenção que posteriormente resulta num comportamento (Ajzen, 1988; Conner & Armitage, 1998; Hamilton & White, 2008; McMillan & Conner, 2003). Importa explicar que as atitudes são tendências psicológicas que se vão expressar através de uma avaliação que leva o indivíduo a pensar, sentir ou comportar-se de forma favorável ou desfavorável em relação a determinada pessoa, grupo ou problema social (Eagly & Chaiken, 1993; Gleitman, Fridlund & Reisberg, 2011). Já as normas subjetivas dizem respeito à percepção do indivíduo em relação às pressões de pessoas significativas (Moutinho & Roazzi, 2010).

Segundo Ravis e Sheeran (2003) as intenções podem ser conjecturadas pelos modelos sociais/ influências normativas, sendo que quanto mais favorável for a avaliação do determinado modelo social, mais fortes serão as intenções para se envolverem num determinado comportamento.

Para além destes determinantes que levam às intenções, o arrependimento antecipado é também, segundo vários autores, um fator que influencia, pois este vai reforçar o elo entre as intenções e o comportamento (Abraham & Sheeran, 2004; Conner & Armitage, 1998; Perugini & Bagozzi, 2001). Torna-se mais improvável que os indivíduos realizem um comportamento se anteciparem que vão ficar arrependidos depois de o realizar (Conner & Armitage, 1998).

Referindo, mais concretamente, as intenções face a comportamentos de cyberbullying, de acordo com o estudo de Lazuras e colegas (2013), as normas sociais e a autoeficácia têm um efeito significativo nessas mesmas intenções.

Segundo uma investigação feita por Woods, Shorey, Strauss, Cornelius e Rowland (2016) sobre um outro fenómeno de violência (violência doméstica), o facto de um agressor já ter tido uma experiência de vitimização anterior, apresenta mais probabilidade de ter intenção de ajudar a vítima, o que se justifica pelo facto de existir algum tipo de identificação para com a vítima e por isso há uma necessidade de reduzir o seu sofrimento. Deste modo espera-se que, com este estudo, os resultados apontem neste sentido, ou seja, que sugiram que ter uma ou mais experiências de vitimização de cyberbullying influencie as intenções de jovens que já reportaram ser agressores para ajudar futuras vítimas.

Um estudo de Bastiaensens e colegas (2014), onde foram analisadas as intenções de ajudar a vítima ou reforçar o agressor, concluiu que os indivíduos que foram expostos a agressões mais severas tiveram intenções comportamentais de ajudar a vítima significativamente maiores quando comparadas com indivíduos que foram expostos a agressões menos graves. Neste sentido espera-se, também, com este estudo perceber se perante as várias agressões contempladas existirão diferenças no tipo de intenção que os participantes irão mais provavelmente ter ou se pelo contrário essa diferença não se revela.

Objetivos, Questões de Investigação e Hipóteses

A presente investigação propôs identificar as intenções comportamentais de agressores de cyberbullying que tiveram uma ou mais experiência(s) de vitimização neste fenómeno. De forma a alcançar este objetivo pretendeu-se responder à seguinte questão de investigação, nomeadamente: Quais as intenções comportamentais de agressores de cyberbullying que tiveram uma ou mais experiência(s) de vitimização neste fenómeno?

De forma a complementar a questão de investigação supracitada, propôs-se, compreender se a frequência de vitimização dos agressores prediz as suas intenções comportamentais. Neste sentido, apresentam-se duas hipóteses que irão permitir compreender se uma ou mais experiências anteriores de vitimização de cyberbullying poderão estar relacionadas com intenções comportamentais de ajudar as vítimas e/ou intenções de repetir o comportamento. Tendo em conta que estudos prévios têm evidenciado que os observadores de cyberbullying tiveram intenções comportamentais de ajudar a vítima após observarem este tipo de incidente (Bastiaensens et al., 2014) e que agressores que já tiveram uma experiência de vitimização anterior, apresentaram mais probabilidade de terem intenções de ajudar a vítima, (Woods et al., 2016), coloca-se a seguinte hipótese:

H1: Ter uma experiência ou mais de vitimização de cyberbullying prediz as intenções dos agressores para ajudar futuras vítimas.

Porém, existem estudos que indicam que quando os adolescentes observam incidentes de cyberbullying onde a vítima coloca informação pessoal online que consideram ser excessiva (Schacter, Greenberg, & Juvonen, 2016) ou quando estes indivíduos atribuem culpa à vítima (DeSmet et al., 2016), que as suas intenções de ajudar são reduzidas. Seguindo este raciocínio, pretendeu-se investigar também se ter uma experiência ou mais de vitimização de cyberbullying

poderia estar relacionada de igual forma com as intenções dos agressores para repetir o comportamento de cyberbullying no futuro.

H2: Ter uma experiência ou mais de vitimização de cyberbullying prediz as intenções dos agressores para repetir o comportamento de cyberbullying no futuro.

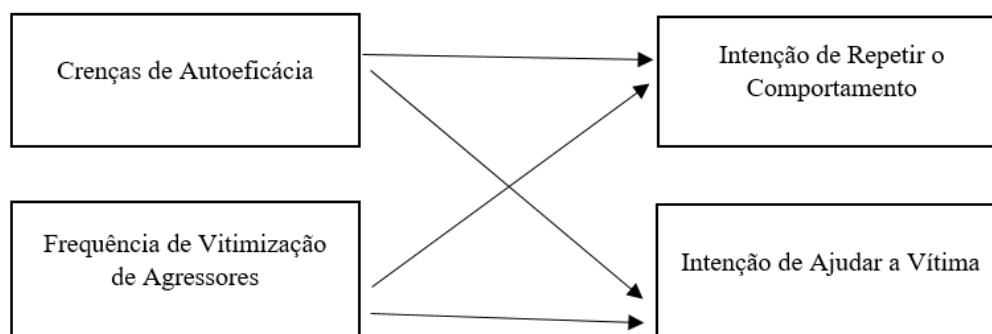
Um terceiro objetivo da presente investigação foi o de compreender se as crenças de autoeficácia de agressores de cyberbullying predizem as suas intenções comportamentais. De forma a atingir este objetivo e seguindo o raciocínio exposto no enquadramento teórico, propôs-se as seguintes hipóteses:

H3: As crenças de autoeficácia para resolver situações de cyberbullying predizem as intenções dos agressores de cyberbullying de ajudar futuras vítimas nestes contextos.

H4: As crenças de autoeficácia para resolver situações de cyberbullying predizem as intenções dos agressores de cyberbullying de repetir estes comportamentos no futuro.

Abaixo é apresentado o modelo conceptual da presente investigação (figura 1).

Figura 1 As crenças de autoeficácia e a frequência de vitimização como predictoras das intenções comportamentais dos agressores



II- METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

1- Caracterização da Amostra

A amostra é composta por 676 estudantes do 2º e 3º Ciclo de Escolaridade e do Ensino Secundário que frequentam seis escolas diferentes, duas no centro de Portugal e quatro no sul do país. Desta amostra, 375 (55,5%) pertencem ao sexo masculino e os restantes ao sexo feminino. As idades estão compreendidas entre os 10 e os 19 ou mais anos de idade ($M=14,1$;

DP=2,74), sendo que, mais especificamente, 15,2% dos participantes tinham 10 anos, 11,8% 11 anos, 3,6% 12 anos, 8,1% 13 anos, 12,9% 14 anos, 11,5% 15 anos, 14,2% 16 anos, 12,4% 17 anos, 6,1% 18 anos, 4,1% 19 ou mais anos.

Os participantes estavam distribuídos pelos 2 anos correspondentes ao 2º ciclo, mais especificamente: 9,6% no 5º ano e 10,4% no 6º ano; pelos 3 anos correspondentes ao 3º ciclo, mais concretamente: 8,9% no 7º ano, 13,6% no 8º ano e 9,6% no 9º ano; e pelos 3 anos correspondentes ao ensino secundário: 18,3% no 10º ano, 15,4% no 11º ano e 14,1% no 12º ano.

Dos 676 participantes, 207 reportaram ser agressores, sendo que 137 (66,2%) eram do sexo masculino e os restantes do sexo feminino. As idades variam também entre os 10 e os 19 ou mais anos de idade ($M=14,68$; $DP= 2,58$) (Ver Quadro 1). Relativamente aos anos de escolaridade, no 5º ano existiram 3,4% de agressores, no 6º ano 9,2%, no 7º ano 6,3%, no 8º ano 9,7%, no 9º ano 14,5%, no 10º ano, 21,3%, no 11º ano 17, 9% e no 12º ano 17,9% ($M=9,47$; $DP= 2,01$).

Quadro 1 Distribuição dos alunos que se reportaram ser agressores por género e faixa etária ($n=207$)

| | 10-12 anos | 13-15 | 16-18 | Mais de 19 anos | Total |
|-----------|------------|-------|-------|--------------------|-------|
| Masculino | 29 | 44 | 52 | 12 | 137 |
| Feminino | 16 | 29 | 25 | 0 | 70 |
| Total | 45 | 73 | 77 | 12 | 207 |

2- Instrumentos utilizados para recolha de dados

Foram utilizados vários questionários do Inventário de Incidentes Observados de Cyberbullying (IIOC) (Veiga Simão, Ferreira, Francisco, Paulino, & Souza, 2018; Veiga Simão et al., 2017), instrumento que faz parte de um projeto mais alargado no âmbito do cyberbullying (*Cyberbullying: a regulação do comportamento através da linguagem*, financiado pela Fundação Portuguesa para a Ciência e Tecnologia, PTDC/MHC-PED/3297/2014). Durante o desenvolvimento inicial, foi testada a validade facial e de conteúdo dos questionários com vários adolescentes. Abaixo, são referidos os questionários que foram utilizados na presente investigação.

2.1- Questionário de Dados Demográficos (QAR-Cyber)

Para efeitos de caracterização da amostra do presente estudo, foi utilizado o Questionário de Dados Demográficos (QAR-Cyber).

O questionário é composto por 52 itens no total, sendo que do item 1 ao item 10 encontram-se perguntas relativamente ao agrupamento de escolas onde está inserido, à idade, ao ano de escolaridade, ao sexo, à nacionalidade e à profissão do pai e da mãe, bem como ao ano de escolaridade de ambos. Os restantes itens estão divididos em 8 partes distintas, uma destinada ao acesso de vários meios tecnológicos (numa escala dicotómica de 1=sim a 2=não); outra ao uso de aplicações sociais (numa escala tipo Likert de 1=nunca a 6= mais do que uma vez por dia); outra à idade onde houve o primeiro acesso à internet, bem como a quem o inscreveu na plataforma ou aplicação (ambos de resposta fechada); outra destinada ao tempo que despende na internet (numa escala tipo Likert de 1=0 minutos a 6=mais do que 6 horas); outra à partilha que fazem online (numa escala tipo Likert de 1=nunca a 6=mais do que uma vez por dia); outra ao facto dos pais terem ou não acesso às passwords (com resposta fechada); outra à tecnologia utilizada (numa escala tipo Likert de 1= não aplicável a 6= várias vezes por dia); por último outra destinada a compreender se nas publicações visionadas havia mais do que um agressor, mais do que uma vítima ou mais do que um observador (numa escala tipo Likert de 1=não aplicável a 6=sempre).

2.2- Questionário de Vitimização de Cyberbullying e Questionário de Comportamentos de Cyberbullying

Foi também utilizado para este estudo o Questionário de Vitimização de Cyberbullying e o Questionário de Comportamentos de Cyberbullying, ambos adaptados do estudo de Francisco, Veiga Simão, Ferreira e Martins (2015).

Para o Questionário de Vitimização, os participantes são questionados (numa escala tipo Likert de 1=nunca a 5=várias vezes por dia) sobre várias situações de vitimização (e.g., “Assediaram-me com conteúdos de carácter sexual”).

No Questionário de Comportamentos de Cyberbullying, os adolescentes são questionados (numa escala tipo Likert de 1=nunca a 5=várias vezes por dia) sobre vários comportamentos de cyberbullying (e.g., “Revelei dados sobre a vida privada de outra(s) pessoa(s)”).

2.3- Questionário de Autoeficácia para Resolver Situações de Cyberbullying para Adolescentes (QAR-Cyber)

Para além dos questionários anteriormente referidos foi também utilizado o Questionário de Autoeficácia para resolver situações de cyberbullying para adolescentes (QAR-Cyber) com uma dimensão contendo 9 itens ($\alpha = .98$). Os adolescentes são questionados (numa escala tipo Likert de 1= discordo totalmente a 5= concordo totalmente) sobre a percepção que têm sobre a sua capacidade de resolver situações de cyberbullying (e.g., “Se eu vir na internet alguém ameaçar alguém, acho que sou capaz de resolver a situação, mesmo que seja difícil para mim.”). De acordo com uma análise fatorial exploratória, verificou-se que o instrumento explica 87% da variância. Uma análise fatorial confirmatória demonstrou um bom ajustamento do modelo, de acordo com a literatura, nomeadamente, $\chi^2(25) = 59.82, p < .00, \chi^2/df = 2.39, CFI = .95, GFI = .94, IFI = .95, RMSEA = .05, LO=.03, HI=.06, SRMR = .05, AIC = 99.82$ (Hooper et al., 2008).

2.4- Questionário de Intenções Comportamentais no Âmbito do Cyberbullying

Por último foi utilizado o Questionário de Intenções Comportamentais no Âmbito do Cyberbullying (intenções de agredir a vítima, $\alpha = 0.98$, e intenções de ajudar a vítima, $\alpha = .97$).

Este questionário apresenta duas dimensões onde os adolescentes (numa escala do tipo Likert de 1= nada provável a 5 = muito provável) devem indicar se nos próximos seis meses teriam comportamentos de cyberbullying ("Se nos próximos seis meses eu vir na Internet alguém a ameaçar alguém, existe a possibilidade de eu fazer o mesmo.") ou se ajudariam uma vítima de cyberbullying se observassem algum incidente ("Se nos próximos seis meses eu vir na Internet alguém a ameaçar alguém, existe a possibilidade de eu ajudar a pessoa que está a ser alvo deste comportamento."). Após uma análise exploratória explicar 85% da variância, os valores de uma análise fatorial confirmatória foram bons de acordo com a literatura (Hooper et al., 2008), nomeadamente, $\chi^2(134) = 296.06, p < .001, \chi^2/df = 2.20, CFI = .91, IFI = .91, RMSEA = .04, LO=.03, HI=.05, SRMR = .09, AIC = 370.06$.

3- Procedimentos de recolha de dados

A recolha de dados foi feita em contexto escolar. Foram contactados vários estabelecimentos de ensino, de forma a apurar o seu interesse no presente estudo. Neste primeiro contacto foi enviada uma informação de apresentação/ explicação do estudo, bem como dos seus objetivos.

Foi pedida a autorização por parte da Proteção Nacional de Dados, do Ministério da Educação, da Comissão de Ética e Deontologia da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa e do Diretor do Agrupamento Escolar. De igual forma, foi solicitada a colaboração dos participantes e seus respetivos encarregados de educação e professores e fornecidas, ao mesmo tempo, as informações relativamente às questões éticas implicadas na investigação (e.g., anonimato, apoio psicológico em caso de necessidade, etc.). Após os pedidos de autorização estarem todas devidamente entregues e assinados, procedeu-se à aplicação dos instrumentos.

A aplicação do IIOC foi realizada em contexto de sala de aula e todos os instrumentos foram respondidos através da plataforma Qualtrics.

4- Procedimento de análise de dados

Atendendo aos objetivos do estudo, os dados foram analisados através do *software IBMSPSS 23.0* com recurso a uma análise de regressão. Foram analisadas as seguintes variáveis: crenças de autoeficácia (variável dependente), frequência de vitimização de agressores de cyberbullying (variável dependente), intenção de repetir o comportamento agressivo (variável independente) e intenção de ajudar a vítima (variável independente).

III- RESULTADOS

Com o objetivo de dar a conhecer que tipo de intenções que são contempladas no estudo e também de perceber a frequência com que os participantes têm determinada intenção, foi feita uma análise descritiva que permitiu apresentar as intenções identificadas (Quadro 2.1 e 2.2).

Pode-se observar na Quadro 2.1 a listagem de intenções negativas que foram consideradas. Com base nestes resultados é possível verificar que “Intenção de repetir o comportamento se vir alguém a insultar alguém” surge como a que os participantes mais reportam que muito provavelmente poderiam ter (9,2%), ao passo que a “Intenção de repetir o comportamento se vir alguém a assediar alguém com conteúdos de carácter sexual” manifesta-se como a que os sujeitos declaram a menos provável (68,8%).

Na Quadro 2.2 são listadas as intenções positivas que, de acordo com a análise feita, evidenciam os seguintes resultados: a “Intenção de ajudar se vir alguém a insultar alguém” é considerada pelos participantes como a mais provável (13,1%), enquanto a “Intenção de ajudar se vir alguém a utilizar a imagem de alguém sem autorização” é apontada como a que não é provável de ser tida em consideração (32,5%). Com isto entende-se que os sujeitos atribuem

maior possibilidade de ajudar a vítima quando assistem a insultos para com outra pessoa e menos possibilidade quando alguém utiliza indevidamente imagens sem o seu consentimento. No entanto, é também visível que a intenção de repetir o comportamento se vir alguém a insultar alguém surge identicamente como a mais provável, por isso os sujeitos tanto podem ter a intenção de ajudar a vítima como de não praticar o comportamento defensivo quando estão perante este comportamento agressivo.

Quadro 2.1 Frequência de intenções de repetir o comportamento reportadas pelos Agressores ($n=207$)

| | Não é provável | Um pouco provável | Mais ou menos provável | Provável | Muito provável |
|--|----------------|-------------------|------------------------|---------------|----------------|
| Intenção de repetir o comportamento se vir alguém a ameaçar alguém | 129 (62,6%) | 46 (22,3%) | 13 (6,3%) | 9 (4,4%) | 8 (3,9%) |
| Intenção de repetir o comportamento se vir alguém a assediar alguém com conteúdos de carácter sexual | 142 (68,8%) | 36 (17,5%) | 14 (6,8%) | 5 (2,4%) | 9 (4,4%) |
| Intenção de repetir o comportamento se vir alguém a espalhar boatos sobre alguém | 112 (54,4%) | 57 (27,7%) | 18 (8,7%) | 11 (5,3%) | 8 (3,9%) |
| Intenção de repetir o comportamento se vir alguém a fazer-se passar por outra pessoa | 126 (61,2%) | 49 (23,8%) | 15 (7,3%) | 9 (4,4%) | 7 (3,4%) |
| Intenção de repetir o comportamento se vir alguém a gozar com alguém | 84 (40,8%) | 46 (22,3%) | 38 (18,4%) | 22 (10,7%) | 16 (7,8%) |
| Intenção de repetir o comportamento se vir alguém a insultar alguém | 90 (43,7%) | 49 (23,8%) | 33 (16%) | 15 (7,3%) | 19 (9,2%) |

| | | | | | |
|--|----------------|---------------|---------------|--------------|--------------|
| Intenção de repetir o comportamento se vir alguém a mostrar que tem informações sobre a vida de outra pessoa que podiam afetar o seu bem-estar psicológico | 130 (63,1%) | 47 (22,8%) | 10 (4,9%) | 10 (4,9%) | 9 (4,4%) |
| Intenção de repetir o comportamento se vir alguém a divulgar os dados da vida privada de alguém | 130 (63,1%) | 46 (22,3%) | 13 (6,3%) | 11 (5,3%) | 6 (2,9%) |
| Intenção de repetir o comportamento se vir alguém a utilizar a imagem de alguém sem autorização | 115 (55,8%) | 42 (20,4%) | 26 (12,6%) | 10 (4,9%) | 13 (6,3%) |

Quadro 2.2 Frequência de intenções de ajuda para com a vítima reportadas pelos Agressores ($n=207$)

| | Não é provável | Um pouco provável | Mais ou menos provável | Provável | Muito provável |
|---|----------------|-------------------|------------------------|---------------|----------------|
| Intenção de ajudar se vir alguém a ameaçar alguém | 54 (26,2%) | 50 (24,3%) | 42 (20,4%) | 40 (19,4%) | 20 (9,7%) |
| Intenção de ajudar se vir alguém a assediar alguém com conteúdos de carácter sexual | 65 (31,6%) | 42 (20,4%) | 40 (19,4%) | 37 (18%) | 22 (10,7%) |
| Intenção de ajudar se vir alguém a espalhar boatos sobre alguém | 58 (28,2%) | 46 (22,3%) | 42 (20,4%) | 38 (18,4%) | 22 (10,7%) |
| Intenção de ajudar se vir alguém a fazer-se passar por outra pessoa | 60 (29,1%) | 49 (23,8%) | 37 (18%) | 39 (18,9%) | 21 (10,2%) |
| Intenção de ajudar se vir alguém a gozar com alguém | 50 (24,3%) | 47 (22,8%) | 45 (21,8%) | 38 (18,4%) | 26 (12,6%) |

| | | | | | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Intenção de ajudar se vir alguém a insultar alguém | 52 (25,2%) | 48 (23,3%) | 44 (21,4%) | 35 (17%) | 27 (13,1%) |
| Intenção de ajudar se vir alguém a mostrar que tem informações sobre a vida de outra pessoa que podiam afetar o seu bem-estar psicológico | 60 (29,1%) | 43 (20,9%) | 33 (16%) | 47 (22,8%) | 23 (11,2%) |
| Intenção de ajudar se vir alguém a divulgar os dados da vida privada de alguém | 61 (29,6%) | 43 (20,9%) | 38 (18,4%) | 38 (18,4%) | 26 (12,6%) |
| Intenção de ajudar se vir alguém a utilizar a imagem de alguém sem autorização | 67 (32,5%) | 52 (25,2%) | 35 (17%) | 30 (14,6%) | 22 (10,7%) |

O grau de associação entre as variáveis investigadas (intenções de repetir o comportamento e de ajudar a vítima, crenças de autoeficácia e frequência de vitimização em agressores) foi calculado através do coeficiente de *Pearson* (Quadro 2.3).

Relativamente às correlações entre as variáveis, verifica-se que as correlações significativas possuem valores de r que variam entre .16 e .50. A correlação com o valor mais baixo encontra-se entre a variável crenças de autoeficácia e frequência de vitimização em agressores ($r=.04$) e a correlação mais elevada encontra-se entre a variável crenças de autoeficácia e intenção positiva ($r=.50$).

Quadro 2.3 Correlações entre as 4 variáveis (Coeficiente de *Pearson*)

| | Intenção de repetir o comportamento agressivo | Intenção de ajudar a vítima | Crenças de autoeficácia | Frequência de vitimização em Agressores |
|-------------------------------------|---|-----------------------------|-------------------------|---|
| Intenção de repetir o comportamento | — | | | |
| Intenção de ajudar a vítima | ,213** | — | | |

| | | | | |
|---|-------|--------|------|---|
| Crenças de autoeficácia | ,126 | ,496** | — | |
| Frequência de vitimização em agressores | ,156* | ,228** | ,037 | — |

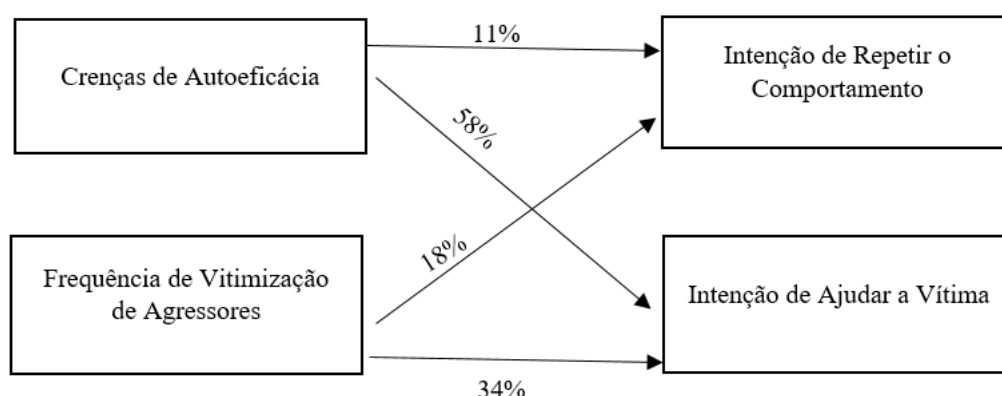
* $p < 0.05$

** $p < 0.01$

De modo a testar se a frequência de vitimização de agressores de cyberbullying e as crenças de autoeficácia predizem a intenção de ajudar outras vítimas realizou-se uma análise de regressão múltipla. Os resultados demonstraram que as duas variáveis preditoras explicaram 28% da variância $R^2 = .28$, $F(2,204) = 41.63$, $p < .000$. Foi também utilizado o mesmo tipo de análise para testar se a frequência de vitimização de agressores de cyberbullying e as crenças de autoeficácia predizem a intenção de repetir o comportamento agressivo, e os resultados demonstraram que as duas variáveis preditoras explicaram 3% da variância $R^2 = .03$, $F(2,204) = 4.11$, $p < .018$.

Por cada frequência de vitimização de agressores de cyberbullying, os participantes reportam mais 34% de intenção de ajudar outras vítimas e mais 18% de intenção de repetir o comportamento agressivo. Através das crenças de autoeficácia, os participantes reportam mais 58% de intenção de ajudar outras vítimas e 11% de intenção de repetir o comportamento (ver Figura 2). Estes resultados permitem confirmar as quatro hipóteses apresentadas neste estudo, apesar de existir uma maior relação entre a frequência de vitimização de agressores de cyberbullying e as intenções de ajudar outras vítimas, bem como as crenças de autoeficácia para resolver situações de cyberbullying e estas mesmas intenções.

Figura 2 Valores resultantes da análise de regressão múltipla entre as variáveis dependentes e independentes



IV- DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Com o intuito de dar um contributo à investigação sobre o papel das crenças de autoeficácia no âmbito do cyberbullying, na medida que existem poucos estudos que se focam na autoeficácia para ajudar a resolver a situação (Allison & Bussey, 2017), foram propostas duas hipóteses onde se constatou que uma delas se comprovou face aos resultados obtidos. As crenças de autoeficácia para resolver situações de cyberbullying predizem as intenções de jovens (que já foram agressores) de ajudar as vítimas. Este resultado vai ao encontro dos estudos de Bussey e colegas (2015) que afirmam que as competências que os indivíduos possuem e acreditam ter para se envolverem em situações de cyberbullying estão relacionadas com as crenças de autoeficácia. No mesmo sentido, estudos de Conner e Armitage (1998); Hamilton e White (2008); e McMillan e Conner (2003) indicam que as crenças de autoeficácia vão explicar grande parte das intenções dos sujeitos, isto é, se os indivíduos acreditarem que conseguem/têm competência para realizar determinado comportamento (seja ele positivo ou negativo), a intenção será maior. Esta intenção irá de acordo com o tipo de crença que o indivíduo possui, neste caso em particular, seriam as crenças de autoeficácia para resolver situações de cyberbullying, o que revela uma congruência entre os resultados e a intenção de ajudar a vítima ao invés de agredir novamente.

Relativamente às intenções de repetir o comportamento agressivo e intenções de ajudar a vítima, estas foram selecionadas devido ao facto de alguns estudos referirem a intencionalidade como uma variável muito importante no cyberbullying (Juvonen & Gross, 2008; Li, 2007) e, para além disso, as intenções, muitas vezes, levam ao comportamento (Ajzen, 1991, 2002). Constatou-se que os participantes atribuem como mais provável terem a intenção de repetir o comportamento agressivo se virem alguém a insultar alguém, tal como de ajudar a vítima se observarem esta mesma agressão. Estes resultados não vão ao encontro do estudo de Bastiaensens e colegas (2014) que afirma que indivíduos que observam agressões mais severas tendem a ter intenções comportamentais para ajudar a vítima muito superiores em comparação aos indivíduos que são expostos a agressões menos graves. Os resultados aqui evidenciados sugerem que os indivíduos perante a agressão de alguém insultar alguém poderão ter tanto a intenção de ajudar a vítima como de repetir o comportamento agressivo.

Este estudo para além do que já foi referido, teve como objetivo tentar combater a falta de investigação sobre os agressores de cyberbullying que já tiveram experiências de vitimização

anteriores (Cuadrado-Gordillo & Fernández-Antelo, 2014), neste seguimento foram tidas como hipóteses se o facto de ter uma ou mais experiências de vitimização de cyberbullying irá prever a intenção de jovens que já reportaram ser agressores para ajudar futuras vítimas ou então repetir o comportamento agressivo. Os resultados demonstraram, à semelhança de estudos de Woods e colegas (2016) que os agressores que já foram vítimas no passado terão mais probabilidade de vir a ter a intenção de ajudar a vítima. Estes resultados vieram dar um reforço à literatura, pois apesar de virem ao encontro de Woods e colegas (2016), acrescentam informação pelo facto de se centrarem especificamente no fenómeno de cyberbullying, enquanto o estudo anterior foca-se no fenómeno de violência doméstica, ainda assim, revela que a experiência de vitimização influencia positivamente nos dois fenómenos.

V- LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

O presente capítulo evidencia algumas limitações e sugestões que poderão ser aplicadas em estudos futuros.

É relevante desenvolver um novo método de recolha de dados para uma melhor identificação dos agressores, já que no presente estudo os dados foram recolhidos em contexto de sala de aula, com medidas autoreportadas, onde o anonimato foi um dos critérios presentes, mas ainda assim, existe a questão da desejabilidade social que influencia as respostas dadas. Investigações futuras poderiam incluir estratégias multi-método e multi-informantes que possibilitem lidar com este tipo de limitação (Ang et al., 2017; Wright & Li, 2013) e permitam obter dados objetivos como o comportamento dos participantes em casos de cyberbullying hipotéticos.

Uma outra limitação deste estudo a ter em consideração prende-se ao facto de ter sido feita apenas uma análise de regressão para perceber se as crenças de autoeficácia e a frequência de vitimização influenciam a intenção de repetir o comportamento agressivo ou preveem a intenção de ajudar a vítima. Poderiam ter sido exploradas outras análises como métodos longitudinais onde se incluísssem as diferenças de género, a influência das normas sociais e, por exemplo, o papel do observador e como este pode ter a intenção de ajudar a vítima ou apoiar o agressor face às suas crenças de autoeficácia.

Visto que este estudo está inserido num projeto mais alargado (Projeto da FCT, *Cyberbullying: A regulação do comportamento através da linguagem-*

TDC/MHCPED/3297/2014) onde o tempo é superior, estas análises poderão ser incluídas posteriormente no sentido de aumentar o conhecimento nesta área e continuar a exploração das intenções e das crenças com a correlação de outras variáveis que poderão revelar-se importantes.

Era também interessante fazer um estudo longitudinal para perceber se ao longo do percurso escolar/ de vida de vários sujeitos as intenções comportamentais face ao cyberbullying sofrem alguma mudança e quais os fatores externos que podem contribuir para tal.

Outra das sugestões que poderia enriquecer a investigação nesta área relaciona-se com o facto de poder ser relevante investigar a relação entre as crenças de autoeficácia e as intenções comportamentais com as atitudes que os jovens têm posteriormente. Segundo Pinheiro (2009), os indivíduos apresentam intenções que não se assemelham às suas atitudes e as crenças também não vão ao encontro do que se espera que façam, por isto mesmo era aliciente investigar as atitudes dos agressores no âmbito do cyberbullying.

VI- IMPLICAÇÕES PARA A TEORIA E PRÁTICA

Os resultados obtidos nesta investigação indicam que quanto maior for a crença de autoeficácia nos agressores, maior vai ser a intenção para ajudar as vítimas, o mesmo acontece quando já sofreram uma ou mais experiências de vitimização anteriores. De modo geral, os agressores quando já foram confrontados com agressões vão estar mais propensos a poder ajudar a vítima do que a agredir e se acreditarem que são capazes, mais provavelmente vão ter este comportamento auxiliador. Pode-se afirmar que os adolescentes têm cada vez mais consciência deste fenómeno e quanto mais são expostos a estas situações mais possibilidade existe de o poderem reportar em benefício da vítima e não o contrário (Bastiaensens et al., 2014).

Torna-se, portanto, essencial sensibilizar cada vez mais os jovens e as famílias sobre as desvantagens do mundo virtual de modo a que tomem consciência do problema atual e saibam lidar adequadamente face à presença de acontecimentos de cyberbullying. Esta sensibilização deverá focar-se no desenvolvimento de competências socioemocionais, pois irão, possivelmente, influenciar positivamente a redução de comportamentos agressivos e de vitimização (Fernandes, Henriques, Mendes & Ribeiro, 2016). Neste seguimento, uma das sugestões seria mobilizar os psicólogos escolares nas reuniões de pais e dar a conhecer aos

encarregados de educação os perigos que estão associados, os principais sinais que os jovens demonstram quando estão a sofrer de ataques ou a agredir e como podem agir perante situações deste género (Fernandes et al., 2016). Aos alunos também poderiam ser feitas essas sessões de esclarecimento com um psicólogo nas aulas de educação para a cidadania, por exemplo, mas dando maior foco às consequências que as agressões causam nas vítimas, aos vários tipos de agressões que podem existir e como podem sinalizar situações de cyberbullying. Para além disto, torna-se importante trabalhar com os alunos o autocontrolo, a assertividade, a gestão da raiva e a empatia para com o outro (Fernandes et al., 2016).

Aproveitando estas ações de sensibilização nas aulas e de transmissão de comportamentos facilitadores da interação com os outros, poder-se-ia também ter um tempo extra para os alunos experienciarem virtualmente, em cenários hipotéticos, situações semelhantes ao que acontece no real e com a inclusão das várias intenções que foram estudadas nesta investigação, assim poder-se-ia transmitir a mensagem colocando-os no papel e também obter-se resultados da interação que os jovens fariam com o programa para continuar a investigação nesta área (Bozza & Vinha, 2017).

Considerações Finais

Vivemos num mundo virtual, numa cultura de partilha de informação pessoal onde se ultrapassa as barreiras do espaço físico e se experienciam riscos constantes provenientes desta exposição e necessidade de manipulação e controlo do outro. A sociedade contemporânea veio acompanhada da constante comunicação via online (Katzner et al., 2009), que é muitas vezes feita de forma pouco responsável, o que acarreta inúmeros problemas que poderão levar ao fenómeno que aqui foi investigado, o cyberbullying (Talwar et al., 2014).

O cyberbullying é caracterizado por atos repetitivos e intencionais de agressão com o objetivo de vulnerabilizar a vítima (Menesini & Nocentini, 2009; Smith et al., 2008). Apresenta uma série de características que o traduzem num fenómeno que pode ser ainda mais prejudicial para a vítima do que no bullying tradicional (Desmet et al., 2014). Assim, existe cada vez mais necessidade de encontrar estratégias que possam combater o início da agressividade *online* e por isso mesmo, torna-se relevante perceber não só o lado da vítima, mas principalmente o que leva o agressor a repetir sistematicamente o comportamento agressivo e quais os aspetos que podem influenciar as suas intenções.

Poucos são os estudos que fazem referência aos agressores que já experienciaram o papel de vítima (Cuadrado-Gordillo & Fernandez-Antelo, 2014) e por isso o presente estudo tentou responder a esta lacuna. Os resultados apontaram para uma maior probabilidade de virem a ter intenção de ajudar outras vítimas quando já sofreram de algum tipo de vitimização. Para além destes resultados, esta investigação estudou as crenças de autoeficácia e como estas poderiam influenciar as intenções dos agressores, os resultados revelaram que através das crenças os agressores reportam mais probabilidade de ter a intenção de ajudar outras vítimas. Estes resultados tornam-se pertinentes, pois o papel das crenças de autoeficácia no âmbito do cyberbullying ainda estão pouco investigadas (Allison & Bussey, 2017) e para além disto, segundo a investigação de Van Cleemput, Vandebosch e Pabian (2014) é sugerido que estudos futuros devem incluir as crenças de autoeficácia como possíveis preditoras dos comportamentos reativos no cyberbullying.

De acordo com as análises efetuadas conclui-se que os agressores atribuem como mais provável terem a “intenção de repetir o comportamento se virem alguém a insultar alguém” e também terem a “intenção de ajudar se virem alguém a insultar alguém”. Perante a observação deste tipo de ato agressivo, os participantes reportaram que tanto poderiam ter a intenção de ajudar como de repetir o comportamento agressivo. Ainda assim, importa salientar que houve um maior número de participantes que responderam “muito provável” ajudar a vítima quando presenciavam alguém a insultar ($n=27$), ao passo que a repetição do comportamento agressivo ao presenciarem alguém a insultar teve um menor número de participantes que manifestaram “muito provável” terem esse tipo de intenção ($n=19$). A “intenção de repetir o comportamento se virem alguém a assediar alguém com conteúdos de carácter sexual” surge como a que os sujeitos apresentam como menos provável de ocorrer, o que acontece igualmente com a “intenção de ajudar se virem alguém a utilizar a imagem de alguém sem autorização”.

Os resultados apontam para uma maior probabilidade dos agressores, com experiência de vitimização anterior, terem intenções de ajudar a vítima perante situações de cyberbullying. Contudo, existem participantes que responderam como muito provável repetir o comportamento agressivo. Isto poderá acontecer pelo facto de perante uma situação de vitimização no passado, o agressor poder responder agressivamente como ato de vingança e para sentir-se mais forte. Nestes casos as emoções tendem a ser de indiferença, negativas, ou mesmo até positivas (Caetano et al., 2017). Neste sentido, torna-se pertinente investir em ações educativas que visem a regulação das emoções e da impulsividade (Bozza & Vinha, 2017) no sentido de responder a estes possíveis casos de repetição de comportamentos agressivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abraham, C., & Sheeran, P. (2004). Deciding to exercise: The role of anticipated regret. *British Journal of Health Psychology*, 9(2), 269-278. doi: 10.1348/135910704773891096
- Ajzen, I. (1988). *Attitudes, personality and behavior*. Milton Keynes: Open University Press.
- Ajzen, I. (1991). *The theory of planned behavior*. *Organizational behavior and human decision processes*, 50(2), 179-211. doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T.
- Ajzen, I. (2002). Residual effects of past on later behavior: Habituation and reasoned action perspectives. *Personality and Social Psychology Review*, 6(2), 107-122.
- Allison, K. R., & Bussey, K. (2017). Individual and collective moral influences on intervention in cyberbullying. *Computers In Human Behavior*, 74, 7-15. doi:10.1016/j.chb.2017.04.019
- Amado, J., Matos, A., Pessoa, T., & Jäger, T. (2009). Cyberbullying: Um desafio à investigação e à formação. *Interacções*, 5(13), 301–326. <<http://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/360>>
- Anderson, T., & Sturm, B. (2007). Cyberbullying from playground to computer. *Young Adult Library Services*, 24-27.
- Ang, R. P., Li, X., Seah, S. L. (2017). The Role of Normative Beliefs About Aggression in the Relationship Between Empathy and Cyberbullying. *Journal Of Cross-Cultural Psychology*, 48(8), 1138. doi:10.1177/0022022116678928
- Astor, R. A., Meyer, H. A., & Behre, W. J. (1999). Unowned places and times: maps and interviews about violence in high schools. *American Educational Research Journal*, 36(1), 3-42. doi:10.3102/00028312036001003
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought an action: A social cognitive theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Bandura, A. (1991). Social cognitive theory of moral thought and action. In W. M. Kurtines & J. L. Gewirtz (Eds.), *Handbook of moral behavior and development*. NJ: Erlbaum, Hillsdale.

- Bandura, A. (2004). The growing primacy of perceived efficacy in human self-development, adaptation and change. *Nuevos Horizontes en la Investigación sobre la Autoeficacia*, 35-51.
- Bandura, A., Barbaranelli, C., Caprara, G. V., & Pastorelli, C. (1996). Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency. *Journal Of Personality And Social Psychology*, 71(2), 364-374. doi:10.1037/0022-3514.71.2.364
- Bastiaensens, S., Vandebosch, H., Poels, K., Van Cleemput, K., DeSmet, A., & De Bourdeaudhuij, D. (2014). Cyberbullying on social network sites. An experimental study into bystanders' behavioural intentions to help the victim or reinforce the bully. *Computers in Human Behavior*, 31, 259–271. <http://dx.doi.org/10.1016/j.chb.2013.10.036>
- Batanova, M. D., & Loukas, A. (2011). Social anxiety and aggression in early adolescents: Examining the moderating roles of empathic concern and perspective taking. *Journal of Youth and Adolescence*, 40(11), 1534–1543. doi:10.1007/s10964-011-9634-x
- Beran, T., & Li, Q. (2007). The relationship between cyberbullying and school bullying. *Journal of Student Wellbeing*, 1, 15–33. doi:org/10.21913/JSW.v1i2.172
- Borg, M. (1999). The extent and nature of bullying among primary and secondary schoolchildren. *Educational Research*, 41 (2), 137-153.
- Boulton, M. (1999). Concurrent and longitudinal relations between children's playground behavior and social preference, victimization, and bullying. *Child Development*, 70 (4), 944-954.
- Bozza, T. C. L., & Vinha, T. P. (2017). Quando a violência virtual nos atinge: os programas de educação para a superação do cyberbullying e outras agressões virtuais. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 12(3), 1919-1939. <https://doi.org/10.21723/riaee.v12.n.3.2017.10369>
- Bussey, K., Fitzpatrick, S., & Raman, A. (2015). The role of moral disengagement and self-efficacy in cyberbullying. *Journal of School Violence*, 14(1), 30-46. doi: 10.1080/15388220.2014.954045

- Caetano, A. P., Amado, J., Martins, M. J. D., Veiga Simão, A. M., Freire, I., & Pessôa, M., T., R. (2017). Cyberbullying: Motivos da Agressão na Perspetiva de Jovens Portugueses. *Educação & Sociedade*, (0). doi:10.1590/es0101-73302017139852
- Cillessen, A. H., & Borch, C. (2006). Developmental trajectories of adolescent popularity: A growth curve modelling analysis. *Journal of Adolescence*, 29(6), 935–959. doi.org/10.1016/j.adolescence.2006.05.005
- Cohen, D., & Strayer, J. (1996). Empathy in conduct-disordered and comparison youth. *Developmental Psychology*, 32(6), 988–998. doi:10.1037/0012-1649.32.6.988
- Conner, M., & Armitage, C. J. (1998). Extending the Theory of Planned Behavior: A Review and Avenues for Further Research. *Journal Of Applied Social Psychology*, 28(15), 1429-1464.
- Cornell, D. G., & Loper, A. B. (1998). Assessment of violence and other high-risk behaviors with a school survey. *School Psychology Review*, 27, 317–330.
- Craig, W., Pepler, D., & Atlas, R. (2000). Observations of bullying in the playground and in the classroom. *School Psychology International*, 21 (1), 22-36.
- Cruz, A. C. C. (2011). *O Cyberbullying no Contexto Português*. (Dissertação) Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Cuadrado-Gordillo, I., & Fernández-Antelo, I. (2014). Cyberspace as a generator of changes in the aggressive-victim role. *Computers in Human Behavior*, 36, 225–233. doi.org/10.1016/j.chb.2014.03.070
- Cuddy, M. E., & Frame, C. (1991). Comparison of aggressive and nonaggressive boys' self-efficacy and outcome expectancy beliefs. *Child Study Journal*, 21(2), 135-152.
- Davis, M. H. (1994). *Empathy: A social psychological approach*. Boulder: Westview Press.
- Desmet, A., Veldeman, C., Poels, K., Bastiaensens, S., Cleemput, K., Vandebosch, H., & Bourdeaudhuij, I., (2014). Determinants of self-reported bystander behavior in cyberbullying incidents amongst adolescents. *Cyberpsychology, And Social Networking*, 17(4), 207-214. doi: 10.1375/ajgc.20.2.143
- DeSmet, A., Bastiaensens, S., Van Cleemput, K., Poels, K., Vandebosch, H., Cardon, & G., De Bourdeaudhuij, I. (2016). Deciding whether to look after them, to like it, or leave it:

- A multidimensional analysis of predictors of positive and negative bystander behavior in cyberbullying among adolescents, *Computers in Human Behavior*, 57, 398-415. doi: 10.1016/j.chb.2015.12.051.
- Eagly, A. H., & Chaiken, S. (1993). *The psychology of attitudes*. Fort Worth, TX: Harcourt Brace Jovanovich.
- Eisenberg, N., Eggum, N. D., & Di Giunta, L. (2010). Empathy related responding: Associations with prosocial behavior, aggression, and intergroup relations. *Social Issues and Policy Review*, 4(1), 143–180. doi:10.1111/j.1751-2409.2010.01020.x
- Fernandes, E., Henriques, S., Mendes, S., & Ribeiro, E. (2016). Bullying: Conhecer para Prevenir. *Millenium-Journal of Education, Technologies, and Health*, (49), 77-89. <https://doaj.org/article/3b148b79dd724330b70d313b8ba99b10>
- Fernandes, L. & Seixas, S. (2012). *Plano Bullying: Como Apagar o Bullying da Escola*. Lisboa: Plátano Editora, S.A.
- Francisco, S. M., Veiga Simão, A. M. V., Ferreira, P. C., & Martins, M. J. (2015). Cyberbullying: the hidden side of college students. *Computers in Human Behavior*, 43, 167-182. doi: 10.1016/j.chb.2014.10.045
- Genta, M., Menesini, E., Fonzi, A., Costabile, A., & Smith, P. (1996). Bullies and victims in schools in central and southern Italy. *European Journal Of Psychology Of Education - EJPE* (Springer Science & Business Media B.V.), 11(1), 97. doi:10.1007/BF03172938
- Gleitman, H., Fridlund, A., & Reisberg, D. (2011). *Psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Grigg, D. (2010). Cyber-aggression: Defenition and concept of cyberbullying. *Australian Journal of Guidance and Counseling*, 20(2), 143-156. doi: 10.1375/ajgc.20.2.143
- Hamilton, K., & White, K. M. (2008). Extending the theory of planned behavior: the role of self and social influences in predicting adolescent regular moderate-to-vigorous physical activity. *Journal of Sport and Exercise Psychology*, 30(1), 56-74. doi.org/10.1123/jsep.30.1.56
- Hinduja, S., & Patchin, J. W. (2010). Bullying, cyberbullying, and suicide. *Archives of Suicide Research*, 14, 206–221. doi.org/10.1080/13811118.2010.494133

- Huesmann, L. R., & Guerra, N. G. (1997). Children's normative beliefs about aggression and aggressive behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 408-419. doi:10.1037/0022-3514.72.2.408
- Huesmann, L. R., Guerra, N. G., Miller, L., & Zelli, A. (1992). The role of social norms in the development of aggression. In H. Zumkley & A. Fraczek (Eds.), *Socialization and aggression*. New York:Springer-Verlag, 139–151.
- Jolliffe, D., & Farrington, D. P. (2011). Is low empathy related to bullying after controlling for individual and social background variables? *Journal of Adolescence*, 34(1), 59–71. doi:10.1016/j.adolescence.2010.02.001
- Juvonen, J., & Gross, E. (2008). Extending the school grounds? Bullying experiences in cyberspace. *Journal of School Health*, 78, 496–505. doi: 10.1111/j.1746-1561.2008.00335.x
- Juvonen, J., Wang, Y., & Espinoza, G. (2013). Physical aggression, spreading of rumors, and social prominence in early adolescence: Reciprocal effects supporting gender similarities? *Journal of Youth and Adolescence*, 42, 1801–1810. doi:10.1007/s10964-012-9894-0
- Kaplan, H. I., Sadock, B. J. & Grebb, J. A. (1997) Contribuições das ciências sociais para o comportamento humano. *Compêndio de Psiquiatria: Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 170-178.
- Katzer, C., Fetchenhauer, D., & Belschak, F. (2009). Cyberbullying: Who are the victims? A comparison of victimization in Internet chatrooms and victimization in school. *Journal of Media Psychology*, 21, 25-36. doi:10.1027/1864-1105.21.1.25
- Kemp, R. A., Overbeek, G., de Wied, M., Engels, R. C., & Scholte, R. H. (2007). Early adolescent empathy, parental support, and antisocial behavior. *The Journal of Genetic Psychology*, 168(1), 5–18. doi:10.3200/GNTP.168.1.5-18
- Klomek, B. A., Sourander, A., & Gould, M. (2010). The association of suicide and bullying in childhood to young adulthood: Review of cross-sectional and longitudinal research findings. *Canadian Journal of Psychology*, 55, 282–288.
- Kraut, R., Patterson, M., Lundmark, V., Kiesler, S., Mukophadhyay, T., & Scherlis, W. (1998). Internet paradox: A social technology that reduces social involvement and psychological

- well-being?. *American Psychologist*, 53(9), 1017-1031. doi:10.1037/0003-066X.53.9.1017
- Lazuras, L., Barkoukis, V., Ourda, D., & Tsorbatzoudis, H. (2013). A process model of cyberbullying in adolescence. *Computers in Human Behavior*, 29, 881–887. doi:10.1016/j.chb.2012.12.015
- Li, Q. (2007). New bottle but old wine: A research of cyberbullying in schools. *Computers in Human Behavior*, 23, 1777–1791. doi.org/10.1016/j.chb.2005.10.005
- Mayeux, L., & Cillessen, A. H. (2008). It's not just being popular, it's knowing it, too: The role of self-perceptions of status in the associations between peer status and aggression. *Social Development*, 17(4), 871–888. doi:10.1111/j.1467-9507.2008.00474.x
- McConville, D. W., & Cornell, D. G. (2003). Aggressive attitudes predict aggressive behavior in middle school students. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, 11, 179–187. 1063-4266
- McMillan, B., & Conner, M. (2003). Using the theory of planned behaviour to understand alcohol and tobacco use in students. *Psychology, Health & Medicine*, 8(3), 317-328. doi.org/10.1080/1354850031000135759
- Menesini, E., & Nocentini, A. (2009). Cyberbullying definition and measurement: Some critical considerations. *Zeitschrift fur Psychologie/Journal of Psychology*, 217, 230–232. doi:org/10.1027/0044-3409.217.4.230
- Moutinho, K., & Roazzi, A. (2010). As teorias da ação racional e da ação planejada: relações entre intenções e comportamentos. *Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment*, 9(2), 279-287.
- Olweus, D. (1978). *Aggression in the schools: Bullies and whipping boys*. Washington: Hemisphere.
- Olweus, D. (1993). *Bullying at school: what we know and what we can do*. Cambridge, MA: Blackwell.
- Patchin, J. W., & Hinduja, S. (2006). Bullies move beyond the schoolyard. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 4, 148–169. doi:10.1177/1541204096286288

- Pereira, B. (2002). *Para uma escola sem violência: estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2002.
- Perry, D. G., Perry, L. C., & Rasmussen, P. (1986). Cognitive social learning mediators of aggression. *Child Development*, 57, 700–711. doi:10.1111/1467-8624.ep7248821
- Perugini, M., & Bagozzi, R. P. (2001). The role of desires and anticipated emotions in goal-directed behaviours: Broadening and deepening the theory of planned behaviour. *British Journal of Social Psychology*, 40(1), 79-98. doi: 10.1348/014466601164704
- Pinheiro, L. (2009). *Cyberbullying em Portugal: uma perspectiva sociológica*. Universidade do Minho, Braga.
- Raskauskas, J., & Stoltz, A. D. (2007). Involvement in traditional and electronic bullying among adolescents. *Developmental Psychology*, 43, 564-575. doi:10.1037/0012-1649.43.3.564
- Rivers, I., & Smith, P. (1994). Types of bullying behaviour and their correlates. *Aggressive Behavior*, 20 (5), 359-368.
- Rivis, A., & Sheeran, P. (2003). Descriptive norms as an additional predictor in the theory of planned behaviour: A meta-analysis. *Current Psychology*, 22(3), 218-233.
- Rodrigues, A., S. (2015). *Cyberbullying a crianças aumenta em Portugal*. In: RTP Notícias
- Salmon, G., James, A., & Smith, D. M. (1998). Bullying in Schools: Self Reported Anxiety, Depression, and Self Esteem in Secondary School Children. *BMJ: British Medical Journal*, 317(7163), 924-925.
- Schacter, H. L., Greenberg, S., & Juvonen, J. (2016). Who's to blame?: The effects of victim disclosure on bystander reactions to cyberbullying. *Computers in Human Behavior*, 57, 115–121. doi: 10.1016/j.chb.2015.11.018.
- Seals, D., & Young, J. (2003). Bullying and victimization: prevalence and relationship to gender, grade level, ethnicity, self-esteem, and depression. *Adolescence*, 38 (152), 735-747.
- Slaby, R., & Guerra, N. (1988). Cognitive mediators of aggression in adolescent offenders: I. Assessment. *Developmental Psychology*, 24, 580–588. doi.org/10.1037/0012-1649.24.4.580

- Smith, P. K., Smith, C., Osborn, R., & Samara, M. (2008). A content analysis of school antibullying policies: Progress and limitations. *Educational Psychology in Practice*, 24, 1–12. doi:org/10.1080/02667360701661165
- Souza, S. B. (2011) *Cyberbullying: estudo exploratório sobre as perspectivas acerca do fenómeno e das estratégias de enfrentamento com jovens universitários portugueses*. (Dissertação). Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia.
- Talwar, V., Gomez-Garibello, C., Shariff, S. (2014). Adolescents' moral evaluations and ratings of cyberbullying: The effect of veracity and intentionality behind the event. *Computers in Human Behavior*, 36, 122–128. doi:10.1016/j.chb.2014.03.046
- Van Cleemput, K., Vandebosch, H., & Pabian, S. (2014). Personal Characteristics and Contextual Factors That Determine "Helping," "Joining In," and "Doing Nothing" When Witnessing Cyberbullying. *Aggressive Behavior*, 40, 383-396. <https://doi.org/10.1002/ab.21534>
- Veiga Simão, A.M., Ferreira, P.C., Francisco, S., Paulino, A.P., & Souza, S.B. (2018) Cyberbullying: shaping the use of verbal aggression through normative moral beliefs and self-efficacy. *New Media & Society*. doi:10.1177/1461444818784870
- Veiga Simão, A.M., Paulino, P., Ferreira, P.C., Ramalho, S.C., Francisco, S., & Souza, S.B. (2017). Family and school: Perspectives on the use of technology and security. *Revista de Estudios e Investigación em Psicología e Educación*, 5, 143-148. doi:10.17979/reipe.2017.0.05.2505
- Whitney, I., & Smith, P. (1993). A survey of nature and extent of bullying in junior/ middle and secondary schools. *Educational Research*, 35 (1), 3-25.
- Willard, N. (2007). The Authority and Responsibility of School Officials in Responding to Cyberbullying. *Journal of Adolescent Health*, 41, 64–65 <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2007.08.013>
- Williams, K. R. & Guerra, N.G. (2007). Prevalence and predictors of Internet bullying. *Journal of Adolescent Health*, 41, 14-21 <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2007.08.018>
- Wolak, J., Mitchell, K. J., & Finkelhor, D. (2007). Original article: Does Online Harassment Constitute Bullying? An Exploration of Online Harassment by Known Peers and Online-

- Only Contacts. *Journal Of Adolescent Health*, 41(6), 51-58.
doi:10.1016/j.jadohealth.2007.08.019
- Woods, W. C., Shorey, R. C., Strauss, C. V., Cornelius, T. L. & Rowland, T., (2016). The relationship between dating violence and bystander behavior: An initial investigation. *Partner Abuse*, 7(1), 55-69.
- Wright, M. F., & Li, Y. (2013). Normative beliefs about aggression and cyber aggression among young adults: A longitudinal investigation. *Aggressive Behavior*, 39, 161–170.
doi.org/10.1002/ab.21470.
- Ybarra, M. L., Diener-West, M., & Leaf, P. J. (2007). Examining the overlap in Internet harassment and school bullying: Implications for school intervention. *Journal of Adolescent Health*, 41(6), 42-50. doi:10.1016/j.jadohealth.2007.09.004
- Zanona, P. L. (2017). Cyberbullying no Brasil e em Portugal. *Direito Digital*, 300-319.